

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

N.º 76 — outono de 2024

A MACARONÉSIA — TOPONÍMIA E GENTÍLICOS — <i>Paulo Correia</i>	1
A TRADUÇÃO DA PALAVRA «IMPEACHMENT» — <i>Marco Neves</i>	10
UM APARTE À PARTE (XVI) — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	12
UM APARTE À PARTE (XVII) — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	13
EX-ANTILHAS NEERLANDESAS — FICHA DE PAÍS(ES) — <i>Paulo Correia</i>	14

A Macaronésia — toponímia e gentílicos

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Cabo Verde mostra cada vez mais interesse em estreitar os laços com a União Europeia e, em especial, com as regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia situadas no Atlântico Norte. Com efeito, Cabo Verde constitui, juntamente com as ilhas europeias dos Açores, Madeira e Canárias, o conjunto designado **Macaronésia**, onde desde sempre se foram tecendo ligações históricas, culturais, linguísticas e de complementaridade que caracterizam ainda hoje as suas relações e a sua cooperação.⁽¹⁾

O topónimo **Macaronésia**, frequentemente referido em documentos das instituições europeias, corresponde à **região biogeográfica**, parte do Paleártico Ocidental, que inclui os arquipélagos atlânticos dos Açores, da Madeira (e Selvagens), das Canárias e de Cabo Verde. O nome Macaronésia vem do grego Μακαρονησία (de μακάρων (feliz) + νῆσοι (ilhas)), «ilhas dos bem-aventurados» ou «ilhas afortunadas» (Fortunatae Insulae), termo utilizado pelos geógrafos da Antiguidade para designar as ilhas atlânticas a oeste do estreito de Gibraltar (Colunas de Hércules, Fretum Herculeum, αἱ Ἡράκλειοι στήλαι).

Quando Portugal começou formalmente a expansão atlântica com D. Afonso IV, em 1341 — terminada a reconquista (D. Afonso III) e fixadas as fronteiras com Leão e Castela (D. Dinis, tratado de Alcanices) —, apenas eram comprovadamente conhecidas as ilhas Canárias, habitadas pelos berberes guanches. Já as restantes ilhas macaronésias estavam desabitadas quando foram oficialmente descobertas e povoadas pelos portugueses entre 1418 e 1460, nos tempos do infante D. Henrique.

Da Antiguidade aos portulanos

Passadas tendo já as Canárias ilhas,
 Que tiveram por nome **Fortunadas**,
 Entrámos, navegando, pelas filhas
 Do velho Hespério, **Hespérides** chamadas;
 Terras por onde novas maravilhas
 Andaram vendo já nossas armadas.
 Ali tomámos porto com bom vento,
 Por tomarmos da terra mantimento.

Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*⁽²⁾

Nos textos da Antiguidade, a mitologia grega coloca o **paraíso** a poente das Colunas de Hércules, nas margens ocidentais do mundo conhecido. Aí ficava uma terra feliz com um clima clemente, os **Campos Elísios** ou **Jardim das Hespérides**, ninfas do crepúsculo, filhas de Atlas⁽³⁾, associado também às **ilhas Hespérides**. O nome Hespérides está etimologicamente relacionado com véspera ou vespertino, com entardecer ou ocidente. Ao largo de África, ficavam as **ilhas Afortunadas**, que agora identificamos com as Canárias. Enfim, em pleno Atlântico, o mar de Atlas, ficaria a desaparecida **Atlântida**, a ilha de Atlas.

Os relatos de viagens de gregos, fenícios ou cartagineses e de outros povos da Antiguidade pelas costas e mares atlânticos foram sendo coligidos, alimentando não só a mitologia, mas também obras de carácter científico. É o caso da *História Natural*, de Plínio o Velho (27-79 d.C.), onde no livro VI, capítulos 36 e 37 são referidas as ilhas Afortunadas (e Hespérides), com base em relatos do geógrafo Estácio Seboso e do rei Juba II, da Numídia. Contudo, a identificação das diferentes ilhas referidas por Plínio o Velho está sujeita a debate. Apresenta-se em seguida uma das possíveis interpretações⁽⁴⁾:

	Estácio Seboso	Juba II	
Hespérides ^{RG,JPM}			
		Junonia Minor	Lançarote
Junónia ^{RG,JPM}	Junonia	Junonia	Forteventura
Afortunadas ^{RG,JPM}			
			Palma
Caprária ^{RG,JPM}	Capraria	Capraria	Gomeira
Pluviália ^{JPM}	Pluvialia	Ombrios	Ferro
	Invalis	Ninguaria	Tenerife
Planásia ^{JPM}	Planasia	Canaria	Grã-Canária

RG — Rebelo Gonçalves, *Vocabulário da Língua Portuguesa*

JPM — José Pedro Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*

Já nos portulanos genoveses e maiorquinos do século XIV, às ilhas **Canárias** juntaram-se ilhas conhecidas ou imaginárias, reais ou fictícias, tanto as ilhas da **Madeira** e dos **Açores** como as ilhas **Azuis**, a **ilha das Sete Cidades** ou **Antília**, a **ilha do Brasil** ou a **ilha de São Brandão**. A lenda medieval da viagem de São Brandão, monge irlandês, pelo oceano Atlântico relata igualmente a busca do paraíso na Terra, que estaria localizado algures na Macaronésia.

Os **portulanos** — cartas de marear caracterizadas pelas linhas de rumo correspondentes às direções indicadas pela bússola, que representavam portos, cabos, golfos e outros acidentes costeiros — revelam ainda a prática da navegação magnética por rumo e estima e a inexistência da navegação astronómica, (re)introduzida pelos portugueses na expansão marítima.

Canárias

E a povoação destas três ilhas à feitura deste livro, são per esta guisa: na ilha que se chama de **Lançarote** moravam 60 homens; e na de **Forteventura**, 80; e na outra a que dizem **do Ferro** haverá 12 homens. E estas são as três que foram conquistadas per aquele grande senhor de França. E todos estes seus moradores são cristãos⁽⁵⁾, e fazem antre si os ofícios divinos, tendo igrejas e sacerdotes. Mas há aí outra

ilha, que se chama **de Gomeira**, a qual se trabalhou de conquistar mice⁽⁶⁾ Maciote, com alguns Castelãos que tomou em sua companhia, e não puderam acabar sua conquista, como quer que antre aqueles Canareus haja alguns cristãos. E esta será de povoação de 700 homens. Na outra ilha **da Palma** moram 500 homens. E na sexta ilha que é de **Tanarife**, ou do Inferno, porque tem em cima um algar por que sai sempre fogo, moram 6000 homens de peleja. À sétima ilha chamam **a Grã-Canária**, em que haverá 5000 homens de peleja.

Gomes Eanes de Azurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (1448)⁽⁷⁾

Na Idade Média, portugueses, pelo menos desde 1325, mas também genoveses já teriam visitado as Canárias, como o provam os portulanos. Foi, porém, em 1341 que D. Afonso IV organizou a primeira expedição documentada com o objetivo de exploração, conquista e colonização do arquipélago. Sucessivas tentativas portuguesas continuaram durante os tempos do Infante D. Henrique, em concorrência com idênticas tentativas castelhanas. Finalmente, em 1479, com o **tratado de Alcáçovas**, é feita a repartição entre Portugal e Castela das ilhas da Macaronésia, passando as Canárias para Castela e ficando Portugal com a Madeira (1418), os Açores (1426) e Cabo Verde (1460), entretanto já descobertas e ocupadas. Com esse tratado Portugal mantém também o controlo sobre as possessões na costa da Guiné e da Mina.

Tendo sido o arquipélago das Canárias reivindicado por Portugal durante quase século e meio, é natural que as ilhas tenham também nomes portugueses, tanto topónimos como gentílicos, talvez anteriores ou pelo menos simultâneos com os nomes castelhanos. Assim o relata, em 1448, o cronista Gomes Eanes de Azurara na sua *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Os mesmos topónimos portugueses são confirmados, por exemplo, em 1586 no livro I de *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, que inclui igualmente gentílicos portugueses.

O topónimo Canária, que significa «[ilha] dos cães», aplicava-se à ilha da Grã-Canária, tendo o topónimo Canárias passado a utilizar-se para todo o arquipélago. A espécie *Serinus canaria*, o **canário-da-terra**, espécie endémica das Canárias, Madeira e Açores, terá tomado o nome do topónimo e não o oposto. O nome «canário» é também aplicado a várias espécies africanas do género *Serinus*. Para as espécies eurasiáticas do género *Serinus* utiliza-se preferencialmente o nome «milheirinha», como é o caso da espécie *Serinus serinus* (milheirinha-europeia), que vive na península Ibérica.

ISO 3166-2	topónimo	gentílico	es	
ES-CN	Canárias	canário ^{PE,DP,DE} canarino ^{PE,DP,DE}	Canarias	canario
ES-TF	Santa Cruz de Tenerife	santa-cruzenho	Santa Cruz de Tenerife	santacruceño santacrucero
	Ferro ^{JPM,RG}	ferrenho ⁽⁸⁾	El Hierro	herreño
	Palma ^{JPM,RG}	palmeiro ⁽⁹⁾	La Palma	palmero
	Gomeira ^{JPM,RG}	gomeiro ⁽¹⁰⁾	La Gomera	gomero
	Tenerife ^{JPM,RG}	tinerfenho ^{PE,DE}	Tenerife	tinerfeño chicharrero
ES-GC	Palmas da Grã-Canária	palmense	Las Palmas de Gran Canaria	palmense
	Grã-Canária ^{JPM,RG}	grã-canário ⁽¹¹⁾	Gran Canaria	grancanario
	Forteventura ^{JPM,RG}	maforeiro ⁽¹²⁾	Fuerteventura	majorero
	Lançarote ^{JPM,RG}	lançarotinho ⁽¹³⁾	Lanzarote	lanzaroteño

PE — *Infopédia*

DP — *Dicionário Priberam*

DE — *Dicionário Estraviz*

O uso de artigos em topónimos é pouco frequente em espanhol, mas não em português. Notar-se-á que das sete ilhas das Canárias três mantêm em espanhol, explicitando-os, os artigos utilizados nas fontes portuguesas dos séculos XV e XVI:

- ilha do Ferro, ilha da Palma, ilha da Gomeira⁽¹⁴⁾, ilha da Grã-Canária
- ilha de Tenerife, ilha de Forteventura, ilha de Lançarote

Madeira

Item estabeleci e ordenei a principal igreja de Santa Maria da ilha da Madeira, e daí em diante as outras que se aí ordenarem.

Item estabeleci a igreja da ilha do Porto Santo e da ilha Deserta.

Testamento do Infante D. Henrique⁽¹⁵⁾

Os portugueses empreendem a colonização do arquipélago da Madeira a partir de 1418. Os nomes portugueses das ilhas coincidem com aqueles que aparecem em todos os portulanos das escolas genovesa e maiorquina posteriores a 1370, incluindo as ilhas Selvagens, que aparecem após 1375. Nesses portulanos apenas as ortografias são variáveis. Por exemplo, a ilha da Madeira aparece como **Legname**, nos portulanos de Medici (1370) e de Cresques (1375), e **Lenyame**, no portulano de Soler (1385). Legname é nome ligúrico para madeira.

ISO 3166-2	topónimo	gentílico	Medici 1370	Cresques 1375	Soler 1385
PT-MA	Madeira	madeirense ^{PE,DP,DE}			
	Madeira	madeirense ^{PE,DP,DE}	Legname	Legname	Lenyame
	Porto Santo	porto-santense ^{PE,DP,DE}	Porto Santo	Porto Santo	Porto Santo
	Desertas	—	Deserte	Deste	Deserte
	Selvagens	selvagens	—	Salvatyes	Salvatges

Entre as quatro ilhas ou grupos da Madeira, os topónimos das duas ilhas principais têm artigo e os topónimos dos dois grupos restantes assumem a forma de adjetivos:

- ilha da Madeira, ilha do Porto Santo
- ilhas Desertas, ilhas Selvagens

A questão das Selvagens

(2004/C 11 E/065)

Pergunta Escrita E-3869/02 apresentada por Sérgio Marques (PPE-DE) à Comissão (10 de janeiro de 2003)

Objeto: Território do Arquipélago da Madeira

Através da leitura do *Diário de Notícias* de ontem (18 de dezembro de 2002), jornal diário português, tomei conhecimento que os mapas da União Europeia da responsabilidade do serviço de cartografia da Comissão Europeia incluíam as Ilhas Selvagens, que pertencem à Região Autónoma da Madeira, Portugal, como integrando o território espanhol das Canárias. De acordo com a referida notícia, esta situação, no mínimo insólita, consta do site oficial da EU (http://www.europa.eu.int/abc/maps/regions/spain/canarias_en.htm)⁽¹⁶⁾, como tivemos, aliás, oportunidade de constatar pela consulta do mesmo. (...)

Resposta dada por Michel Barnier em nome da Comissão (12 de fevereiro de 2003)

O mapa geográfico a que o Sr. Deputado se refere podia, efetivamente, dar origem a uma interpretação errónea relativamente à delimitação da fronteira entre Espanha e Portugal. Assim que a Comissão teve conhecimento deste erro técnico procedeu à correção do mesmo. O novo mapa especifica claramente que as Ilhas Selvagens pertencem a Portugal.⁽¹⁷⁾

A representação das Selvagens na cartografia da União Europeia continua, porém, a ser problemática. Por exemplo, na cartografia Eurostat das regiões da nomenclatura comum das unidades territoriais estatísticas (NUTS⁽¹⁸⁾), as Selvagens parecem integrar as Canárias nas NUTS 1 (NUTS 0) e inexistem nas NUTS 2⁽¹⁹⁾.

No entanto, as Selvagens são ilhas portuguesas. Propriedade de portugueses desde o século XVI, a soberania portuguesa foi certificada em 1938 pela Comissão de Direito Marítimo Internacional. Em 1971 foi criada a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, com o respetivo corpo permanente de vigilantes da natureza e de polícia marítima e o código postal 9000-900. Desde a presidência de Mário Soares, as

Selvagens têm sido visitadas por todos os presidentes da República Portuguesa. Os **selvagenses** vivem numa única povoação, na enseada das Cagarras, na costa sudoeste da Selvagem Grande.

PARTE VIII Regime das ilhas

Artigo 121.º Regime das ilhas

- 1 – Uma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto na preia-mar.
- 2 – Salvo o disposto no n.º 3, o **mar territorial**, a **zona contígua**, a **zona económica exclusiva** e a **plataforma continental** de uma ilha serão determinados de conformidade com as disposições da presente Convenção aplicáveis a outras formações terrestres.
- 3 – Os **rochedos** que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou à vida económica **não devem ter zona económica exclusiva nem plataforma continental.**⁽²⁰⁾

Portugal considera as Selvagens como ilhas, com ocupação humana permanente na ilha Selvagem Grande, o que lhe confere direito a uma zona económica exclusiva⁽²¹⁾ (ZEE) de até 200 milhas e a uma plataforma continental⁽²²⁾. A Espanha, não contestando a soberania portuguesa, considera as Selvagens como rochedos, o que conferiria apenas direito ao controlo de 12 milhas de mar territorial⁽²³⁾. Em questão está o controlo efetivo de cerca de 44.150 km² de zona económica exclusiva e de plataforma continental.

Açores

Item ordenei e estabeleci a igreja de São Luís na ilha de **São Luís**, e a igreja de São Dinis na ilha de **São Dinis**, e a igreja de São Jorge na ilha de **São Jorge**, e a igreja de São Tomás na ilha de **São Tomás**, e a igreja de Santa Iria na ilha de **Santa Iria**.

Item ordenei e estabeleci a igreja de Jesus Cristo na ilha de **Jesus Cristo**, e outra igreja na ilha **Graciosa**. Item ordenei e estabeleci a igreja de São Miguel na ilha de **São Miguel**, e a igreja de Santa Maria na ilha de **Santa Maria**.

Testamento do Infante D. Henrique⁽²⁴⁾

Os Açores aparecem nos portulanos posteriores às primeiras expedições às Canárias, pelo menos desde 1339 (portulano de Dulcert), sendo, porém, representados na direção N-S e com um número variável de ilhas. Há também alguma flutuação na identificação das ilhas açorianas nos portulanos. Essas ilhas seriam: Corvo (Corvi Marini), Coelhos (Conigi), Ventura, Pombos (Columbi), São Jorge (San Zorzo⁽²⁵⁾), Brasil, Lobo (Luovo), Cabras (Cabrera). Segundo Armando Cortesão, em *Cartografia Portuguesa Antiga*, a ilha dos Coelhos seria as Flores, a ilha da Ventura seria o Faial, a ilha dos Pombos seria o Pico, a ilha do Brasil seria a Terceira, a ilha do Lobo seria Santa Maria e a ilha das Cabras seria S. Miguel; Corvo e São Jorge corresponderiam às ilhas com os mesmos nomes; a Graciosa não aparecia nos portulanos. Sendo o morcego-dos-açores⁽²⁶⁾ o único mamífero não marinho endémico dos Açores, topónimos como Coelhos e Cabras colocam questões. Lobo poderá corresponder a alguma espécie de lobo-marinho, nome dado na Madeira às focas-monge-do-mediterrâneo.

Os Açores seriam, assim, conhecidos dos marinheiros de regresso das Canárias, mas também, possivelmente, da pesca do bacalhau no Atlântico Norte. Com a chegada oficial e colonização pelos portugueses, a partir de 1426, a cartografia açoriana foi sendo aperfeiçoada, tanto em número de ilhas como na sua localização, dimensões e orientação (E-O) do arquipélago. Contrariamente ao arquipélago da Madeira, onde a toponímia dos portulanos se manteve basicamente inalterada, nos Açores os portugueses adotaram novos nomes para quase todas as ilhas, como consta no testamento do infante D. Henrique, de 1460: Santa Maria, S. Miguel, Jesus Cristo, Graciosa, S. Luís, S. Dinis, S. Jorge, S. Tomás e Santa Iria. A exceção notável foi a ilha de São Jorge, que manteve o nome dos portulanos (San Zorzo). Os nomes atuais já são utilizados em 1590 nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso — a ilha de Jesus Cristo passa a Terceira (por ter sido a terceira ilha a ser povoada), a ilha de S. Dinis passa a Faial (dada a abundância de faias-das-ilhas⁽²⁷⁾), a ilha de S. Luís passa a Pico (devido à enorme elevação vulcânica, ao centro, ponto mais alto de Portugal), S. Tomás passa a Flores (devido à abundância de flores amarelas, os cubres⁽²⁸⁾, que revestiriam a ilha) e Santa Iria passa a Corvo (retomando o nome dos portulanos).

Quanto ao topónimo Açores, poderia vir das lendárias ilhas Azuis, pelo aporuguesamento do ligúrico *azzurre*. A abundância nos Açores de urzela, líquen de que se extrai uma tinta de cor violeta, poderá estar associada a esta designação. A versão comum para a origem do topónimo refere, porém, a presença de largo número de açores, ave de rapina inexistente nas ilhas. Existe, sim, o *Buteo buteo*, conhecido localmente como milhafre, embora se trate da águia-de-asa-redonda, introduzida apenas após a chegada dos portugueses.

ISO 3166-2	topónimo	gentílico	séc XV Testamento henriquino	séc. XIV portulanos	Armando Cortesão
PT-AC	Açores	açoriano ^{PE,DP,DE} açorenho ^{PE,DP} açorense ^{PE,DP} açoriense ^{DP}			
	Grupo Ocidental				
	Corvo	corvense ^{PE,DP,DE} corvino ^{PE,DP,DE}	Santa Iria	Corvi Marini	Corvo
	Flores	florense ^{PE,DP} florentino ^{PE,DP,DE}	São Tomás	Conigi	Coelhos
	Grupo Central				
	Faial	faialense ^{PE,DP,DE}	São Dinis	Ventura	Ventura
	Pico	picoense ^{PE,DP,DE} picuense ^{PE,DP,DE} picaroto ^{PE,DP}	São Luís	Columbus	Pombos
	São Jorge	são-jorgense ^{PE,DP,DE}	São Jorge	San Zorzo	São Jorge
	Graciosa	graciosense ^{PE,DE}	Graciosa	—	—
	Terceira	terceirense ^{PE,DP,DE}	Jesus Cristo	Brasil	Brasil
	Grupo Oriental				
	Santa Maria	mariense ^{PE,DP,DE}	Santa Maria	Lobo	Lobo
	São Miguel	micaelense ^{PE,DP,DE}	Santa Miguel	Cabras	Cabras

Os topónimos de quatro das nove ilhas dos Açores têm artigo, três não têm artigo e duas usam adjetivos:

- ilha do Corvo, ilha das Flores, ilha do Faial, ilha do Pico
- ilha de São Jorge, ilha de São Miguel, ilha de Santa Maria
- ilha Terceira, ilha Graciosa

Cabo Verde

E desi esguardando ao grande amor e singular afeição que a ele temos e às razões que nos movem a o muito amar e lhe fazemos muitas mercês e o acrecentarmos segundo requiere a grandeza de seu estado, e nos obriga o grande dídido que com ele temos, da nossa livre vontade, certa ciência, poder absoluto, sem no-lo ele pedir nem outrem por ele, temos por bem e fazemos-lhe mercê das ilhas .s.: da ilha da Madeira e da ilha do Porto Santo e da ilha Deserta e da ilha de São Luís e da ilha de São Dinis e da ilha de São Jorge e da ilha de São Tomás e da ilha de Santa Iria e da ilha de Jesus Cristo e da ilha Graciosa e da ilha de São Miguel e da ilha de Santa Maria e da ilha de **São Jacobo e Filipe** e da ilha **das Maias** e da ilha de **São Cristóvão** e da ilha **Lana**, com todas as rendas, direitos e Jurdições que a nós ora em elas pertence e de direito devemos de haver, assi como as de nós havia o Infante Dom Henrique meu tio, que Deus haja.

E queremos que o dito infante meu irmão em sua vida e depois dele um seu filho maior varão hajam as ditas ilhas .s. a da Madeira e a do Porto Santo e Deserta e de São Luís e de São Dinis e a de São Jorge e a de São Tomás e a de Santa Iria e a de Jesus Cristo e a da Graciosa e a de São Miguel e a de Santa Maria e a de **São Jacobo e Filipe** e **das Maias** e de **São Cristóvão** e a **Lana**, em suas vidas como dito é, assi e tão compridamente como as nós podemos dar e as tinha e havia o dito infante meu tio que Deus haja, com todos seus direitos e Jurdições, e assi como eram outorgadas per nossas doações, as quais nos praz serem per nós e nossos sucessores cumpridas e guardadas ao dito infante meu irmão e ao dito seu filho depois dele, como dito é.

Doação Régia ao Infante D. Fernando (3-12-1460)⁽²⁹⁾

Pedindo-nos o dito Infante que, porquanto foram achadas 12 ilhas, .s. : cinco per António de Nole em vida do Infante dom Henrique meu tio, que Deus haja, que se chama a ilha de **Santiago** e a ilha **São Filipe** e a ilha **das Maias** e a ilha de **São Cristóvão** e a ilha **do Sal**, que são nas partes da Guiné, e as outras sete foram achadas per o dito Infante meu irmão, que são estas: a ilha **Brava** e a ilha de **São Nicolau** e a ilha de **São Vicente** e a ilha Rasa e a ilha Branca e a ilha de Santa Luzia e a ilha de **Santantónio**, que são através do cabo Verde, em especial lhe mandássemos fazer carta delas.

Doação das Ilhas de Cabo Verde ao Infante D. Fernando (19-9-1462)⁽³⁰⁾

As ilhas de Cabo Verde não apareciam nos portulanos. Como arquipélago tomaram o nome do cabo Verde, na costa do atual Senegal, tendo as diferentes ilhas sido batizadas pelos portugueses conforme foram sendo descobertas, como consta nas cartas régias de doação das ilhas, de 1460 (S. Jacobo, S. Filipe, Maias, S. Cristóvão, Lhana) e 1462 (dessas e das restantes: Brava⁽³¹⁾, Santo António, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau). Os nomes atuais são já todos utilizados em 1590 nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso — a ilha de S Jacobo passa a Santiago (equivalente normal em português), a ilha de S. Filipe passa a Fogo (provavelmente depois da primeira erupção presenciada do vulcão em 1500⁽³²⁾), a ilha das Maias passa a ilha do Maio (designação alternativa da festividade popular de origem celta do 1.º de Maio), S. Cristóvão passa a ilha da Boa Vista⁽³³⁾, a ilha Lhana ou Lana passa a ilha do Sal (dada a sua riqueza em sal) e Santo António passa a Santo Antão (Santo António do Egito).

E logo os ditos procuradores dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada etc., e do dito senhor rei de Portugal e dos Algarves etc., disseram: que visto como entre os ditos senhores seus constituintes há certa divergência sobre o que a cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da conclusão deste tratado, está por descobrir no mar Oceano; que eles, portanto, para o bem da paz e da concórdia e pela conservação da afinidade e amor que o dito senhor rei de Portugal tem pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., praz a suas altezas, e os seus ditos procuradores em seu nome, e em virtude dos ditos seus poderes, outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de polo a polo; convém a saber, do polo Ártico ao polo Antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, a **trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente**, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais. E que **tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir** pelo dito senhor rei de Portugal e por seus navios, **tanto ilhas como terra firme** desde a dita raia e linha dada na forma supracitada indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do levante ou do norte ou do sul dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja, e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e aos seus sucessores, para sempre. E que todo o mais, assim ilhas como terra firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estão ou forem encontrados pelos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Aragão etc., e por seus navios, desde a dita raia dada na forma supra indicada indo pela dita parte de poente, depois de passada a dita raia em direção ao poente ou ao norte-sul dela, que tudo seja e fique, e pertença, aos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão etc. e aos seus sucessores, para sempre.

Tratado de Tordesilhas⁽³⁴⁾

O arquipélago de Cabo Verde ganha relevo na cena internacional com o **tratado de Tordesilhas**, de 1494. A fronteira entre os hemisférios português e castelhano é fixada 370 milhas a oeste do limite oeste da ilha de Santo Antão. E porquê 370 milhas? A negociação da posse das terras descobertas ou a descobrir no lado ocidental do Atlântico iniciou-se em 1493, depois de Colombo ter chegado às Antilhas e lhe ter sido atribuído o título de *Almirante do Mar Oceano*. O limite inicialmente proposto de 100 milhas, contestado pelos portugueses, passou a 250 milhas. Depois de se ter juntado às negociações a questão dos direitos de conquista no reino de Fez⁽³⁵⁾, a fronteira passa a 370 milhas em troca de Portugal ceder o direito de conquista de posições no litoral mediterrânico do reino de Fez a leste de Ceuta (já conquistada em 1415). Com as 370 milhas, a fronteira passava *grosso modo* a meio caminho entre as Antilhas, de um lado, e os Açores e Cabo Verde, do outro, garantindo a manobra da «volta do mar», que permitia tirar partido de correntes e ventos dominantes na navegação para norte via Açores e para sul em direção ao cabo da Boa Esperança. E, como é bem sabido, as 370 milhas puseram boa parte do futuro Brasil no hemisfério português.

De um Atlântico repartido em exclusivos ibéricos, pacífico e economicamente complementar, caminha-se, no transcurso do século XVII, para um oceano retalhado em múltiplas áreas de influência e profundamente marcado pela instabilidade e zonas de conflito.

História Geral de Cabo Verde⁽³⁶⁾

A expansão quatrocentista e quinhentista dos Estados ibéricos rivais na Macaronésia, em África e nas Américas foi um bom exemplo de prevenção/resolução dos conflitos mútuos pela diplomacia e não pela guerra.

ISO 3166-2	topónimo	gentílico	kea		séc XV Testamento henriquino
CV	Cabo Verde	cabo-verdiano ^{PE,DP,DE}	Kabu Verdi	<i>kabuverdianu</i>	
CV-B	Barlavento	barlaventino	Barlaventu	<i>sampadjud</i>	
	Santo Antão	santo-antonense ^{DP} santantonense ^{PE,DE(37)}	Santu Anton Santanton		Santo António
São Vicente	São Vicente	são-vicentino ^{DP} sanvicentino ^{DE} vicentino ^{PE,DE}	Son Visenti Sanvisenti	<i>sanvisentinu</i>	São Vicente
	São Nicolau	são-nicolauense ^{PE,DE} são-nicolaense ^{DP}	Son Niklau Saniklau		São Nicolau
	Sal	salense ^{PE,DP,DE}	Sal		Lana Lhana
	Boa Vista	boa-vistense ^{DP} boavistense	Boavista		São Cristóvão
CV-S	Sotavento	sotaventino ^{PE}	Sotaventu		
	Brava	bravense ^{PE,DP,DE}	Braba		Brava
	Fogo	foguense ^{PE,DP,DE}	Fógu Fogu		São Filipe
	Santiago	santiaguense ^{PE,DP,DE} badio ^{PE,DP}	Santiágu Santiagu	<i>badiu</i>	São Jacobo Santiago
	Maio	maiense ^{DP,DE}	Máiu Mai		Maias

Dos topónimos das nove ilhas habitadas de Cabo Verde, três têm artigo, quatro não têm artigo e um tem a forma de adjetivo:

- ilha do Sal, ilha da Boa Vista, ilha do Maio
- ilha de Santo Antão, ilha de São Vicente, ilha de São Nicolau, ilha de Santiago
- ilha Brava

Conclusões

A presença portuguesa em todos os arquipélagos da Macaronésia faz com que todas as ilhas tenham topónimos e gentílicos em português.

correiapms@gmail.com

⁽¹⁾ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52007DC0641&from=PT>.

⁽²⁾ Ortografia atualizada. Camões, L. V. de, *Os Lusíadas* — Livro V, Canto V, Estância 8, [oslusiadas.org](https://oslusiadas.org/v/8.html), <https://oslusiadas.org/v/8.html>.

⁽³⁾ Segundo as fontes clássicas, as Hespérides são filhas de Atlas (titã) e Hésperis (deusa do ocaso) ou de Érebo (deus da escuridão) e Nix (deusa da noite). Segundo Camões, as Hespérides são filhas de Héspero (deus do ocidente).

⁽⁴⁾ Plínio, O Velho, *The Natural History: Chap. 36. (31.)—Islands of the Ethiopian Sea*, Perseus Digital Library, <https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D6%3Achapter%3D36> e

Chap. 37. (32.)—*The Fortunate Islands*,

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D6%3Achapter%3D37>.

(5) Xpaãos, no original.

(6) monsieur

(7) Ortografia atualizada. Azurara, G. E. de, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, Oxford Universities, <https://archive.org/details/chronicadodesco00zuragoog/page/n427>.

(8) O Ferro tem um lugar de poucos vizinhos, que se chamam **ferrenhos**, porque há nela pedras que parecem ferro, e a costa fragosa da mesma maneira, que parece escória de ferro, e as árvores são ásperas e ferrenhas.

Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, SeaLegacy,

<https://www.sealegacy.com/pdf%20files/05%20-%20LivroPrimeiro.pdf>.

(9) Os naturais dela [a Palma] se chamam **palmeiros** por ter a ilha muitas palmas.

idem, <https://www.sealegacy.com/pdf%20files/05%20-%20LivroPrimeiro.pdf>.

(10) estes se chamam **gomeiros**, como a ilha Gomeira, de um rei chamado Gomeiro ou Gomauro.

idem, <https://www.sealegacy.com/pdf%20files/05%20-%20LivroPrimeiro.pdf>.

(11) A Grã-Canária é a principal. Os naturais dela se chamam **canários**, por haver nela grandes cães, e desta tomaram o nome geral de canários os habitantes das outras, ainda que tenham também seus particulares nomes.

idem, <https://www.sealegacy.com/pdf%20files/05%20-%20LivroPrimeiro.pdf>.

(12) Os moradores dela [Forteventura] se chamam **maforeiros**, não sei por que razão.

idem, <https://www.sealegacy.com/pdf%20files/05%20-%20LivroPrimeiro.pdf>.

mahorero, a

De *Mahorata*.

1. adj. Fv, Lz. ant. *Soc.* Habitante amaziq de las dos islas más orientales del archipiélago canario. *Var.* maforeiros, mahoreros, majoreros, maohreri, maxoveros, maxareros.

2. Fv, Lz. ant. p. ext. *Soc.* Natural de las dos islas más orientales del archipiélago canario, sobre todo el de Fuerteventura.

García, I. R., *Diccionario Ínsuloamaziq: mahorero*, <https://imeslan.wordpress.com/2017/10/01/mahorero/>.

(13) O gentílico **lançarotenho** deriva do topónimo Lançarote, que por sua vez deriva do antropónimo Lançarote — Lançarote Malocelo ou Lançarote da Franca —, navegador genovês ao serviço de D. Afonso IV, rei de Portugal.

(14) Em relação à ilha da Gomeira há algumas oscilações nas fontes portuguesas: ilha da Gomeira, ilha de Gomeira, ilha Gomeira.

(15) Ortografia atualizada. Wikisource, *Testamento do Infante D. Henrique*,

https://pt.wikisource.org/wiki/Testamento_do_Infante_D._Henrique.

(16) Nas versões atuais, as Selvagens aparecem, de facto, como território português e não espanhol.

União Europeia, *Portugal*, https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/portugal_pt.

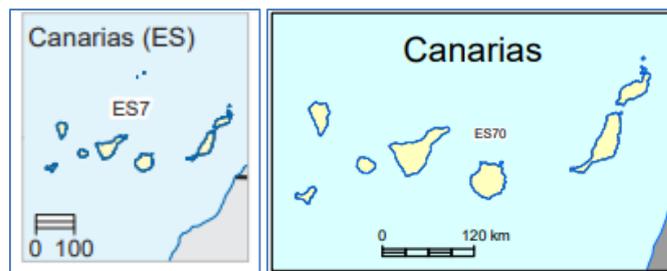
União Europeia, *Espanha*, https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/spain_pt.

(17) Pergunta Escrita E-3869/02 apresentada por Sérgio Marques (PPE-DE) à Comissão,

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:92002E003869&from=PT>.

(18) NUTS — *nomenclature commune des unités territoriales statistiques*.

(19)



Cartografia NUTS 0 e 1 do Eurostat, que inclui as Selvagens nas Canárias:

NUTS and Statistical regions – level 0,

<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/345175/17779945/2021-NUTS-0-map.pdf>.

NUTS and Statistical regions – level 1,

<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/345175/17779945/2021-NUTS-1-map.pdf>.

Cartografia NUTS 2 do Eurostat, que não inclui as Selvagens nem em Portugal nem em Espanha:

Portugal – NUTS level 2, <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/345175/17780005/2021-NUTS-2-map-PT.pdf>.

Espanha – NUTS level 2, <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/345175/17780005/2021-NUTS-2-map-ES.pdf>.

(20) *Diário da República*, Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, de 14 de outubro, que aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/60-b-1997-152897>.

(21) **zona económica exclusiva (ZEE)** — Zona situada além do mar territorial e a este adjacente de um Estado costeiro na qual este Estado tem certos direitos e deveres estabelecidos pela Convenção sobre o Direito do Mar, IATE 784354, <https://iate.europa.eu/entry/result/784354/pt>.

(22) **plataforma continental** — Leito e subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial de um Estado costeiro, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância, IATE:793707, <https://iate.europa.eu/entry/result/793707/pt>.

⁽²³⁾ **mar territorial** — Zona de mar adjacente ao território e às águas interiores de um Estado costeiro (ou às águas arquipelágicas, no caso de um Estado arquipélago), com uma largura fixada pelo Estado até um limite que não ultrapasse as 12 milhas marítimas, IATE 793702, <https://iate.europa.eu/entry/result/793702/pt>.

⁽²⁴⁾ Ortografia atualizada. Wikisource, *Testamento do Infante D. Henrique*, https://pt.wikisource.org/wiki/Testamento_do_Infante_D._Henrique.

⁽²⁵⁾ San Zorzo, em ligúrico, Wikipedia, *San Zorzo*, https://lij.wikipedia.org/wiki/San_Zorzo



bandeira de Génova

⁽²⁶⁾ *Nyctalus azoreum*

⁽²⁷⁾ *Morella faya*

⁽²⁸⁾ *Solidago sempervirens*, variedade *azorica*

⁽²⁹⁾ Ortografia atualizada. *Monumenta Missionária Africana*, África Ocidental (1342-1499), Princeton University, <https://archive.org/details/monumentamission01bras/page/n479/>.

⁽³⁰⁾ Ortografia atualizada. *Monumenta Missionária Africana*, África Ocidental (1342-1499), Princeton University, <https://archive.org/details/monumentamission01bras/page/n485/>.

⁽³¹⁾ Há registos que referem também o nome de S. João para a ilha Brava.

⁽³²⁾ Torres,, P. C. *et al.*, «Carta Geológica das Erupções Históricas da Ilha do Fogo (Cabo Verde): Revisão e Atualização», *Comunicações do IGM*, vol. 84, n.º 1, 1998, https://docbase.lneg.pt/docs/Comunicacoes/communicacoes84_caboverde.pdf.

⁽³³⁾ **Boa Vista** é a grafia constante no Vocabulário Toponímico da CPLP. *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa; Toponímia*, <https://voc.cplp.org/index.php?action=toponyms&act=details&id=TER.002.011.CV.B.05>.

⁽³⁴⁾ Ortografia atualizada. Wikisource, *Tratado de Tordesilhas*, https://pt.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas.

⁽³⁵⁾ Questão definitivamente resolvida no tratado de Sintra de 1509. Portugal renunciava à posse/conquista de Velez da Gomeira, Caçaça e Melilha.

⁽³⁶⁾ Albuquerque, L. de, Santos (coord.), M. E. M. (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação Cultural, ISBN 972-672-537-2, <http://memoria-africa.ua.pt/Library/HGCV.aspx>.

⁽³⁷⁾ Santantonense. Correia, P., «Notas sobre línguas, topónimos e ortografia de Cabo Verde», «a folha», n.º 56 — primavera de 2018, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha56_pt.pdf.



A tradução da palavra «impeachment»

Marco Neves

Tradutor e docente na NOVA FCSH

Nos últimos anos, os órgãos de comunicação social portugueses foram confrontados com a necessidade de traduzir a palavra «impeachment» no contexto do sistema constitucional dos EUA. São várias as soluções de tradução encontradas: a manutenção da palavra em inglês; a palavra «destituição»; a expressão «processo de destituição»; a palavra «acusação»; e, por fim, a palavra «impugnação».

Defendo que a melhor solução é «impugnação».

Vejamos as várias soluções, começando pelas menos adequadas.

a) Destituição

O *impeachment* é uma figura importante no sistema constitucional dos EUA e não corresponde ao nosso conceito de destituição.

A secção 4 do Artigo II determina:

The President, Vice President and all Civil Officers of the United States, shall be removed from Office on Impeachment for, and Conviction of, Treason, Bribery, or other high Crimes and Misdemeanors.⁽¹⁾

Por outras palavras, a destituição do presidente (ou de outros detentores de cargos políticos; neste artigo, concentro-me apenas no presidente) implica a aprovação do *impeachment* na Câmara dos Representantes e ainda a sua condenação pelo Senado. Ou seja, quando o *impeachment* de um presidente é aprovado pela Câmara dos Representantes, o presidente *não é destituído*. Para que tal aconteça, tem de ser condenado no Senado, num julgamento que parte do processo de *impeachment*, mas não se confunde com este.

Já três presidentes viram o seu *impeachment* aprovado: Andrew Jackson, em 1868, Bill Clinton, em 1998, e Donald Trump, em 2019 (voltou a ser sujeito a *impeachment* em 2021). Nos três casos, a Câmara aprovou o *impeachment*, mas o presidente cumpriu o mandato até ao fim, por não ter sido condenado pelo Senado.

Se o *impeachment* não implica a destituição, para que serve este processo? Serve para censurar o presidente e, então sim, iniciar o julgamento que pode levar à sua destituição. O julgamento ocorre no Senado. A acusação é apresentada pela Câmara dos Representantes e o presidente tem direito a defender-se. Os senadores servem de júri. Se, no final do julgamento, dois terços dos senadores votarem a favor da condenação do presidente, este é destituído. Até hoje, nenhum dos presidentes sujeitos a *impeachment* foi condenado.

Por todas estas razões, traduzir «*impeachment*» por «destituição» é claramente enganador. Houve quatro «*impeachments*» de presidentes, mas nenhuma destituição.

b) Processo de destituição

A tradução de «*impeachment*» por «processo de destituição» é mais rigorosa que «destituição»; no entanto, não me parece ser a solução mais adequada.

O processo político que pode levar à destituição do presidente inclui duas fases: o *impeachment* na Câmara dos Representantes e o julgamento no Senado. Ao traduzirmos «*impeachment*» por «processo de destituição», estamos a aplicar um termo que descreve todo o processo apenas à sua primeira fase, que tem características e implicações próprias.

A secção 2 do Artigo I da Constituição dos Estados Unidos afirma:

The House of Representatives (...) shall have the sole Power of Impeachment.

Ou seja, o *impeachment* é uma competência exclusiva da Câmara dos Representantes, que actua de forma autónoma e sem necessidade de qualquer aprovação por parte do Senado. O Senado só actua depois do *impeachment*, para julgar o presidente.

Neste contexto, é claro que a aprovação do *impeachment* pela Câmara dos Representantes tem um valor de censura política por si só.

O uso de «processo de destituição» para traduzir «*impeachment*» não transmite o carácter próprio e autónomo do *impeachment* no contexto da Constituição dos EUA.

c) Acusação

O *impeachment* implica uma acusação ao presidente, explicitada nos chamados «*Articles of Impeachment*». Essa acusação é apresentada perante o Senado durante o julgamento. No entanto, como

vimos acima, a aprovação do Impeachment é um conceito particular do sistema constitucional dos EUA que implica uma censura da Câmara dos Representantes, que é válida mesmo na ausência de condenação no Senado. O uso de «acusação» transforma o *impeachment* numa mera etapa processual, não transmitindo o seu carácter político de censura.

d) *Impeachment*

O *impeachment* é um conceito próprio do sistema constitucional dos EUA. Quando estamos perante conceitos jurídicos particulares de uma jurisdição, o uso do termo original não é descabido. No entanto, havendo um termo português adequado para traduzir «impeachment», julgo que podemos evitar o uso do termo inglês.

e) Impugnação

Em português, temos uma palavra que traduz o que a Câmara dos Representantes faz ao aprovar um *impeachment*: «impugnação». A impugnação implica sempre, em simultâneo, uma censura e o início de um processo com vista à anulação de algo. Por exemplo, quando há uma impugnação eleitoral, as eleições não são anuladas de imediato. A impugnação implica que alguém põe em causa a sua validade, com vista ao posterior julgamento.

Por analogia, encontramos em «impugnação» uma boa tradução de «*impeachment*»: a Câmara dos Representantes coloca em causa a legitimidade da pessoa em causa, censura-a, defende a sua destituição — mas não a destitui.

De todas as soluções, «impugnação» parece-me ser a mais rigorosa. A impugnação de um presidente é um passo necessário, mas não suficiente, para que um presidente dos EUA seja destituído.

marconeves@gmail.com

⁽¹⁾ Congressional Research Service (CRS), *Constitution of the United States*, <https://constitution.congress.gov/constitution/>.



Um aparte à parte (XVI)

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Não diga «Conhecimento da vida *dos pássaros*, dos répteis, dos insetos...». Diga «Conhecimento da vida **das aves**, dos répteis, dos insetos...».

Explicação:

Dado que são citadas categorias genéricas de animais, é de crer que o *conhecimento* em causa abranja a generalidade das aves, e não apenas os passeriformes. Com efeito, todos os pássaros são aves, mas nem todas as aves são pássaros. A classe Aves é uma daquelas em que se dividem os Vertebrata (animais vertebrados) dentro do filo Chordata (animais cordados, ou seja, providos de corda dorsal).

Os pássaros são uma das ordens (ordem Passeriformes) em que se divide a classe das aves. São aves — mas não pássaros — as águias, os andorinhões, os avestruzes, os beija-flores, as cegonhas, as gaiotas,

as galinhas, os papagaios, os patos, os pinguins, os pombos... Pássaros (isto é, passeriformes) são, por exemplo, as andorinhas, os corvos, as cotovias, os melros, os pardais...

Na dúvida, quando se trata de animais ovíparos de sangue quente, com as maxilas em forma de bico e o corpo coberto de penas, é preferível utilizar a palavra «ave» em lugar da palavra «pássaro»: a primeira estará sempre correta; a segunda talvez não.

Ressalvam-se, todavia, contextos informais em que um excesso de rigor científico se revele descabido; por exemplo, o célebre filme de terror de Alfred Hitchcock *Os Pássaros* nada ganharia em ser rebatizado *As Aves*. E também se fala, correntemente, em passarada, passarocos, passarões, etc.

jorge.mendes909@gmail.com



Um aparte à parte (XVII)

Jorge Madeira Mendes

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Não diga «instrumento *muitíssimo* útil», «caráter *muitíssimo* humilde», «esposa *muitíssimo* amada» ou «território *muitíssimo* pobre». Diga, respetivamente, «instrumento **muito útil**» ou «instrumento **utilíssimo**»; «caráter **muito humilde**» ou «caráter **humílimo**»; «esposa **muito amada**» ou «esposa **amantíssima**»; e «território **muito pobre**», «território **pobríssimo**» ou «território **paupérrimo**».

Explicação:

Embora frequente, a construção «*muitíssimo* + [adjetivo]» está errada em português. A palavra «*muitíssimo*» seria o superlativo absoluto simples de «muito», mas este «muito» é um advérbio correspondente ao inglês *very* ou ao espanhol *mu*y, e não um pronome correspondente ao inglês *much* ou ao espanhol *mu*cho. Em português, existiu outrora o advérbio «mui» (correspondente aos citados *very* e *mu*y), mas foi sendo substituído pelo pronome «muito» (correspondente aos citados *much* e *mu*cho), e caiu em desuso.

Por outras palavras, em português, o advérbio «mui» convergiu para o pronome «muito», até que os dois se tornaram homónimos, coincidindo como «muito». Ora, tal como o espanhol *mu*y, o português «mui» não era variável (nem em género, nem em número, nem em grau). Já o pronome «muito» pode variar em género («muito», «muita»), em número («muitos», «muitas») e em grau («*muitíssimo/s*», «*muitíssima/s*»), à semelhança do espanhol (*mu*cho, *mu*cha, *mu*chos, *mu*chas, *mu*chíssimo, *mu*chíssima, *mu*chíssimos, *mu*chíssimas).

Podemos dizer «muito esplendor», «*muitíssimo* lucro», «muita beleza», «*muitíssima* carestia», «muitos casos», «muitas vezes», «*muitíssimos* carros», «*muitíssimas* casas», porque se trata do pronome «muito» e das suas variações em género, número e grau. Mas só podemos dizer «paisagem muito bela», «obras muito más» ou «rapazes muito hábeis», e nunca «paisagem muita bela», «obras muitas más» ou «rapazes *muitíssimo* hábeis», porque aqui se trata do advérbio «muito», sucessor do antigo «mui». Ou seja, quando substituí «mui», a palavra «muito» mantém-se como advérbio e deve continuar igualmente invariável, em género, em número e em grau.

Portanto, se quisermos criar um superlativo para «útil» (ou para qualquer outro adjetivo), devemos usar o superlativo absoluto composto ou o superlativo absoluto simples do próprio adjetivo, e não um fictício superlativo absoluto simples do advérbio — o que leva a que os exemplos *supra* devam corrigir-se para

«instrumento **muito útil**» ou «instrumento **utilíssimo**»; «caráter **muito humilde**» ou «caráter **humilimo**»; «esposa **muito amada**» ou «esposa **amantíssima**»; e «território **muito pobre**», «território **pobríssimo**» ou «território **paupérrimo**».

jorge.mendes909@gmail.com



Ex-Antilhas Neerlandesas — ficha de país(es)

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Antia Hulandes òf Antia Neerlandes (na hulandes: De Nederlandse Antillen), tabata⁽¹⁾ for di 15 di desèmber 1954 te 10 di òktober 2010 un país den Reino Hulandes. Inisialmente e tabata konsistí di seis isla i for di 1986 di 5 isla karibense despues ku Aruba a atkirí su status aparte. E islanan di Antia Hulandes tabata konsistí na nan lugá di dos grupo di isla den Laman Karibe ku ta forma parti di Antias Menor: e islanan di Sotavento i e islanan di Barlovento (Islariba). Na 2010 Kòrsou i Sint Maarten a bira paísnan autónomo den Reino Hulandes i Saba, Sint Eustatius i Boneiru a bira munisipio spesial hulandes. E ekonomía di e islanan ta dependé primordialmente di turismo i petroleo.⁽²⁾

A partir de 1634, os neerlandeses da Companhia das Índias Ocidentais estabeleceram-se em algumas ilhas de barlavento e sotavento das Pequenas Antilhas, até aí espanholas. Essas ilhas constituíram, então, pontos de apoio para o corso, o contrabando e o comércio do sal (importante para a salga do arenque), do cacau e de escravos... No início do século XX, tirando partido da proximidade aos campos de petróleo venezuelanos, construíram-se grandes refinarias em Curaçau e Aruba. Mais tarde desenvolveu-se o setor financeiro (centro financeiro *offshore*⁽³⁾) e o turismo.

Topónimos

O **Reino dos Países Baixos** mantém seis territórios insulares nas Pequenas Antilhas, três nas ilhas de Barlavento (Saba, Santo Eustáquio e a metade sul de São Martinho — as **ilhas SSS**) e três nas ilhas de Sotavento (Aruba, Bonaire e Curaçau — as **ilhas ABC**). Colónia única desde 1828, estas ilhas constituíram um território autónomo de 1954 a 2010 — as **Antilhas Neerlandesas** (AN), muitas vezes informalmente referidas como Antilhas Holandesas. Em 2010, as Antilhas Neerlandesas foram dissolvidas enquanto entidade administrativa (Aruba já se havia separado em 1986). Atualmente, as seis entidades insulares, que coletivamente podem ser designadas **Caraíbas Neerlandesas**, mantêm diferentes vínculos com o Reino dos Países Baixos — municípios especiais (*bijzondere gemeenten*) dos Países Baixos ou países (*lande*) do Reino dos Países Baixos.

Coletivamente, Bonaire, Santo Eustáquio e Saba (**ilhas BES**) constituem os designados **Países Baixos Caribenhos**. Cada uma das ilhas BES é um município especial, ao nível das províncias dos Países Baixos. Já Aruba, Curaçau e São Martinho (**ilhas ACS**) são três países constituintes do Reino dos Países Baixos, a par com os Países Baixos (o único que pertence à União Europeia). Todas as seis entidades caribenhas fazem parte dos países e territórios ultramarinos (PTU) da União Europeia. Curiosamente, a versão consolidada do anexo II do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) continua a referir Aruba e Antilhas Neerlandesas⁽⁴⁾.

Recapitulando a toponímia política e geográfica das diferentes partes constituintes do Reino dos Países Baixos nas **Caraíbas Neerlandesas**:

- Países Baixos
- províncias
- **Países Baixos Caribenhos** — Bonaire, Santo Eustáquio, Saba
- **Aruba**
- **Curaçau**
- **São Martinho**

Em anexo a este artigo inclui-se uma tabela com os topónimos das Caraíbas Neerlandesas igualmente em neerlandês, papiamento e inglês.

Gentílicos

- Bonaire — bonairense (cf. es: *bonairense*; cf. bonaerense, de Buenos Aires)
- Santo Eustáquio — eustaquenho; santo-eustaquiano (cf. es: *eustaqueño*)
- Saba — sabano (cf. es: *sabano*)
- **Curaçau** — curaçauense^{PE,DP,DE,DAC}
- **São Martinho** — são-martinhense (cf. es: *sanmartinense*)
- **Aruba** — arubano^{PE,DP,DE,DAC} (cf. es: *arubano, arubeño*);
PE — *Infopédia*
DP — *Dicionário Priberam*
DE — *Dicionário Estraviz*
DAC — *Dicionário da Academia das Ciências*

Moedas

Curaçau e São Martinho mantêm o **florim das Antilhas Neerlandesas** (ANG), estando prevista a sua substituição pelo florim caribenho. Aruba tem moeda própria, o **florim arubano** (AWG), desde 1986. Nos Países Baixos Caribenhos (ilhas BES) circula, desde 2011, o **dólar americano** (USD).

Línguas oficiais

Kralendijk ta e kapital di **Boneiru**, un di e tres isla konstituyente di Hulanda Karibense.⁽⁵⁾

Oranjestad ta kapital i siudat mas grandi di **Sint Eustatius**, isla hulandes den Laman Karibe. E ta situá na Oranjebaai den zona west di e isla.⁽⁶⁾

The Bottom (originalmente Botte na hulandes) ta kapital i lugá mas grandi di **Saba**, isla hulandes den Laman Karibe.⁽⁷⁾

Oranjestad (den boca di pueblo: Playa) ta kapital di **Aruba**, situa na e costa zuid di e isla na altura di e bahia di Paardenbaai.⁽⁸⁾

Willemstad ta kapital i siudat mas grandi di **Kòrsou**.⁽⁹⁾

Philipsburg ta kapital i e siudat prinsipal di **Sint Maarten**, e parti hulandes di e isla di Sint Maarten.⁽¹⁰⁾

As línguas oficiais das ilhas de Sotavento são o neerlandês (nl) e o **papiamento** (pap), um **crioulo de base portuguesa**. As línguas oficiais das ilhas de Barlavento são o neerlandês (nl) e o inglês (en).

- **Curaçau: nl, pap, en**
- **Aruba: nl, pap, en, es**
- **Bonaire: nl, pap**
- São Martinho: nl, en
- Santo Eustáquio: nl, en
- Saba: nl, en

O **papiamento** terá surgido nas ilhas ABC após os Países Baixos terem expulsado em 1634 os espanhóis e índios aruaques que as habitavam e terem transformado as ilhas num centro de comércio escravagista.

De Bezeguiche⁽¹¹⁾ tira o holandês oiro, ambre, cera, marfi, coirama.

Do Arrecife⁽¹²⁾ tira o mesmo que dos outros portos; neste arrecife há dez ou doze portugueses, em que entram alguns judeus, e holandeses, e ingleses e franceses.

No porto de Ale⁽¹³⁾ há ingleses, franceses e holandeses e portugueses. Daqui se tira muita coirama, marfi, cera, ambre, oiro, roupa pera outros comércios e alguns escravos.

Em Ioala⁽¹⁴⁾ há portugueses, holandeses, franceses e ingleses; deste porto de Ioala se tiram negros, coirama, cera, marfi e oiro.

Francisco Pires de Carvalho, *Roteiro da Costa da Guiné* (1635)⁽¹⁵⁾

Os primeiros escravos trazidos para as ilhas eram maioritariamente provenientes das costas da Guiné e de Cabo Verde, onde se haviam já começado a desenvolver crioulos de base portuguesa, e ainda do ex-Brasil neerlandês (Nova Holanda), reconquistado pelos portugueses em 1654. Para as ilhas ABC migraram ainda muitos judeus de origem portuguesa, provenientes do Brasil (após a reconquista portuguesa), da península Ibérica, da África Ocidental e de Amesterdão, os quais ocuparam posições importantes no comércio local. Com estas contribuições nasceu um novo crioulo de base portuguesa — o **papiamento** (papiar + -mento) —, posteriormente influenciado por vocabulário do castelhano, do neerlandês e do inglês.

papiar

Guiné-Bissau

pa.pi.ar pɐ'pjar

verbo intransitivo

falar com alguém, tagarelar

Do crioulo guineense *papya*, «idem»⁽¹⁶⁾

-mento

sufixo nominal de origem latina que ocorre em substantivos derivados de verbos, traduzindo a ideia de *ação, resultado de ação* (*polimento, fngimento*)⁽¹⁷⁾

O papiamento tem duas ortografias, uma mais fonética — o papiamento (*papiamentu*) de Curaçau e Bonaire⁽¹⁸⁾ — e uma mais etimológica — o papiamento (*papiamento*) de Aruba⁽¹⁹⁾ —.

Papiamentu (na Aruba: Papiamento) ta un idioma krioyo ku un base portugues-afrikano.⁽²⁰⁾

Apontamento linguístico

Os termos pipiamento ou papeamento seriam possíveis sinónimos de tuíte, por tradução de *tweet* e evitando o decalque. Cf. *piulada*, tuíte em catalão.

pipiar

pi.pi.ar pi'pjar

verbo intransitivo

produzir (a ave) os sons agudos característicos da sua espécie; pipilar, pipitar

Do latim *pipilāre*, «idem»⁽²¹⁾

papear

pa.pe.ar pɐ'pjar

verbo transitivo e intransitivo

conversar (com)

verbo intransitivo

1. tagarelar; papaguear

2. chilrear

3. *regionalismo* mover a boca como quem reza; cochichar

De *pipiar*⁽²²⁾

correiapms@gmail.com

Anexo: topónimos das Caraíbas Neerlandesas

ISO	nl	pap	pt	en	IATE
NL	Nederland	Hulanda	Países Baixos	the Netherlands	861126
BQ BES	Caribisch Nederland	Hulanda Karibense	Países Baixos Caribenhos	Caribbean Netherlands	3540458
BQ-BO NL-BQ1	Bonaire	Boneiru	Bonaire	Bonaire	3540458
BQ-SE NL-BQ3	Sint-Eustatius	Sint Eustatius	Santo Eustáquio	Sint Eustatius	3540458 1709122
BQ-SA NL-BQ2	Saba	Saba	Saba	Saba	3540458
AW	Aruba	Aruba	Aruba	Aruba	862724
CW	Curaçao	Kòrsou	Curaçau	Curaçao	3528366
SX	Sint-Maarten	Sint Maarten	São Martinho	Sint Maarten	3528414
	Nederlandse Antillen	Antias Hulandes	Antilhas Neerlandesas	Netherlands Antilles	791755
	Nederlandse Caraïben	Karibe Hulandes	Caraíbas Neerlandesas	Dutch Caribbean	
SSS	Bovenwindse Eilanden	islanan di Barlovento	ilhas de Barlavento	Windward Islands	1715952
ABC	Benedenwindse Eilanden	islanan di Sotavento	ilhas de Sotavento	Leeward Islands	1716401
	bijzondere gemeente	munisipio spesial	município especial	special municipality	3546205
	land	país autónomo	país	country	

(1) «In today's Papiamentu, taba only survives (a) in tabata and tabatin, where taba functions as imperfective past marker of the verbs ta 'be' and tin 'have'», Michaelis, S. M., *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures (APiCS): Survey chapter: Papiamentu*, <https://apics-online.info/surveys/47>.

(2) Wikipédia, *Antias Hulandes*, https://pap.wikipedia.org/wiki/Antias_Hulandes.

(3) Exemplo., *The Kingdom Bank*, «How to Do Offshore Banking in Curacao? – Tips You Need to Know», <https://blog.thekingdombank.com/how-to-do-offshore-banking-in-curacao/>.

(4) Versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:02016E/TXT-20240901&from=PT>.

(5) Wikipédia, *Kralendijk*, <https://pap.wikipedia.org/wiki/Kralendijk>.

(6) Wikipédia, *Oranjestad (Sint Eustatius)*, [https://pap.wikipedia.org/wiki/Oranjestad_\(Sint_Eustatius\)](https://pap.wikipedia.org/wiki/Oranjestad_(Sint_Eustatius)).

(7) Wikipédia, *The Bottom*, https://pap.wikipedia.org/wiki/The_Bottom.

(8) Wikipédia, *Oranjestad (Aruba)*, [https://pap.wikipedia.org/wiki/Oranjestad_\(Aruba\)](https://pap.wikipedia.org/wiki/Oranjestad_(Aruba)).

(9) Wikipédia, *Willenstad*, <https://pap.wikipedia.org/wiki/Willenstad>.

(10) Wikipédia, *Philipsburg*, <https://pap.wikipedia.org/wiki/Philipsburg>.

(11) Ilha de **Gorée**, frente a Dacar. Bezeguiche (nome do régulo da ilha), Brozaguiche no original.

(12) **Rufisque**.

(13) «**Saly** was originally a Portuguese trading post known as *Porto de Ale*, which became *Portudal*, and later *Sali Portudal*». Wikipédia, *Saly*, <https://en.wikipedia.org/wiki/Saly>.

(14) **Joal**, porto senegalês a meio caminho entre o cabo Verde (Dacar) e a foz do rio Gâmbia.

(15) Brásio, A., *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental (1623-1660)*, 2.ª série, 5.º vol., Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1979, https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34734/1/MMA_completo_serie_2_Vol_5.pdf.

(16) *Infopédia*, «papiar», Porto Editora, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/papiar>.

(17) *Infopédia*, «-mento», Porto Editora, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/-mento>.

(18) Fundashon pa Planifikashon di Idioma, *Ortografia i Lista di palabra Papiamentu*, *Buki di Oro*, ISBN 978-99904-2-200-9, https://www.researchgate.net/profile/Ronald_Severing2/publication/335368781_Ortografia_i_Lista_di_palabra_Papiamentu_Buki_di_oro/links/5d6048ad299bf1f70b08a46b/Ortografia-i-Lista-di-palabra-Papiamentu-Buki-di-oro.pdf.

(19) papiamento.aw, *Ortografia di Papiamento*,

https://papiamento.aw/pages/wp-content/uploads/2018/06/150520_papiamento-ortografia-version-april-2009.pdf.

(20) Wikipédia, *Papiamentu*, <https://pap.wikipedia.org/wiki/Papiamentu>.

(21) *Infopédia*, «pipiar», <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pipiar>.

(22) *Infopédia*, «papear», <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/papear>.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Ana Luísa Faria (Conselho); José Pedro Ferreira (Comissão); Victor Macedo (CESE-CR); José António Mesquita (PE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Paulo Correia; Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Álvaro Carvalho (Comissão); Sérgio Ferreira Cardoso (Comissão); Daniela Ramalho da Silva (PE); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.



A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors [https://infoeuropa.eu/ocid.pt/pesquisar/wti=\(a+folha\)+AND+\(wfmt=se+OR+wfmt=an\)/catalogo=bibliografico](https://infoeuropa.eu/ocid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico)

«a folha» ISSN 1830-7809

